

A DIMENSÃO DA ESPIRITUALIDADE NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

THE DIMENSION OF SPIRITUALITY IN LIBERATION THEOLOGY

Alex da Silva Mendes¹

Resumo: A espiritualidade sempre acompanhou a Teologia da Libertação, desde seu início. A Teologia da Libertação é uma carta de amor a Deus, a igreja e ao povo. A dimensão histórica, bíblica e espiritual são características marcantes na Teologia da Libertação, que está comprometida com os pobres, e que é profundamente Orante. A espiritualidade proposta pela Teologia da Libertação tem a ver com sentir Deus, não apenas pensar sobre Deus. É uma teologia prática, que propõe uma espiritualidade a partir dos dramas dos pobres, daqueles que estão à margem de uma elite capitalista e burguesa. A espiritualidade comunitária abarca o método Orante das Escrituras que envolvem: leitura, meditação, oração e contemplação. Cada um desses métodos nos introduz a uma verdadeira espiritualidade.

Palavras-Chave: Teologia da Libertação. Espiritualidade. O Deus dos pobres.

Abstract: Spirituality has Always accompanied Liberation Theology since its inception. Liberation Theology is a love letter to God, the church and the people. The historical, biblical and spiritual dimension are hallmarks of Liberation Theology, which is committed to the poor, and which is deeply prayerful. The spirituality proposed by Liberation Theology has to do with feeling God, not just thinking about God. It is a practical theology that proposes a spirituality based on the dramas of the poor, of those who are on the margins of a capitalista and bourgeois elite. Community spirituality embraces the Prayer method of Scripture which involves: Reading, meditation, prayer and contemplation. Each of these methods introduces us to true spirituality.

Keywords: Liberation Theology. Spirituality. The God of the poor.

Introdução

A Teologia da libertação nasceu ao escutar o *grito dos pobres* econômicos, das classes exploradas, das culturas humilhadas, dos negros discriminados, das mulheres oprimidas pela cultura patriarcal, dos LGBT e portadores de necessidades especiais. Todos gritam por libertação. Desta escuta nasceram as várias tendências da Teologia da libertação: a feminista, a indígena, a negra, a histórica entre outras. Em todas elas são sempre o respectivo oprimido, o sujeito e protagonista principal de sua correspondente libertação.

Desde seus primórdios, a Teologia da Libertação esteve marcada por grande dinamicidade, tendo como fio condutor a experiência fundamental do seguimento de

¹ Mestrando em Teologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP). Membro do Grupo de Pesquisa Lerte (Pesquisa em Literatura, Religião e Teologia). E-mail: professoralex.educacao@gmail.com

Jesus no vivo tecido da América Latina. A Teologia da Libertação nasceu a partir de uma experiência espiritual. A espiritualidade é uma experiência integral, que envolve toda a dinâmica vital e aponta um caminho. De acordo com Teixeira, (2018) esse compromisso com a história, e a vida dos pobres, pontuou o coração da teologia da libertação e deu um conteúdo vivo à sua espiritualidade. A teologia da libertação desponta como uma experiência espiritual de Deus no mundo dos pobres. Segundo a narrativa do Êxodo, quando Deus se manifesta a Moisés do meio de um arbusto no monte Sinai, em favor do povo oprimido de Israel, Ele deixa claro que está vendo, ouvindo e descido em favor de seu povo. Segundo Sbardelotti, (2014, p. 172-173):

O Deus do Israel bíblico e de Jesus de Nazaré é o Deus dos Pobres, não é o deus do poder dominante! O Deus verdadeiro não fica ao lado do poder, e não fica ligado a um lugar, não está preso ao círculo cúltico do templo de Jerusalém, rejeitando toda exclusão e opressão, oferecendo uma aliança, pedindo uma sociedade igualitária.

A Teologia da Libertação surgiu na América Latina no contexto de opressão e miséria e da abertura ao pluralismo religioso, propiciado pelo Concílio Vaticano II. O pluralismo religioso, que além de ser um fato, uma realidade, é um princípio que pode levar ao diálogo inter-religioso, também encontrou no contexto dos anos de 1960, um espaço para que sua consciência crescesse, se desenvolvesse. É importante também enfatizar, que a teologia da libertação, também propõe uma espiritualidade ecológica. Uma das pautas do *Pacto das catacumbas* (2019) consiste exatamente no cuidado, na preservação da Amazônia, dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, migrantes e das comunidades na periferia das cidades.

1. A espiritualidade bíblica da Teologia da Libertação

Conforme Veloso Júnior, (2011) não se pode compreender a teologia brasileira sem procurar as raízes do nascimento do método da Teologia da Libertação. Porém, os resultados teológicos da “nova maneira” de fazer teologia são muito fragmentários, mais históricos e pastorais do que uma preocupação propriamente teológica. Por isso, os anos 60 precisariam de um estudo mais aprofundado sobre a recepção do Concílio Vaticano II e o tipo de abordagem recebida e desenvolvida na América Latina e, particularmente, no Brasil. Por isso, a abordagem da formação de uma Teologia da Libertação no Brasil inicia-se com o estudo de Hugo Assmann e Leonardo Boff. Eles são os primeiros a fazer uma elaboração metódica da “nova maneira” de fazer teologia.

Para isso, é preciso entender o contexto dos anos 60 e a falta de uma metodologia nova para a militância cristã. Nestes anos, a teologia tradicional católica estava longe da realidade e não respondia aos anseios e questionamentos existenciais do homem e da mulher concretamente. Por isso, a fé era caracterizada pelo excesso de dogmatismo que levava os cristãos a uma certa “passividade” diante da situação conflitiva do mundo, fazendo com que a opção em favor do instrumental histórico fosse necessário para a transformação da sociedade, mas esquecia do componente ideológico e utópico de tal opção e, principalmente, de suas raízes no racionalismo moderno que foi sendo absorvido indubitavelmente pela sociedade e pela ciência nestes anos de chumbo.

Porém, a novidade do Concílio Vaticano II, as novas experiências pastorais e a concepção utópica das ciências estimularam a busca de uma “nova maneira” de fazer teologia, que desembocou na teologia da libertação. No Brasil, os fundamentos epistemológicos desta corrente foram delineados por H. Assmann e Leonardo Boff.

A Teologia da Libertação, está profundamente enraizada sob os princípios bíblicos. De acordo com a *Carta Maior*, (2020) a Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e a fé cristã de maioria de sua população. Para a Teologia da Libertação, esta situação de pobreza fere o espírito do Evangelho, ofendendo a Deus. A Teologia da Libertação encontrou seu nascimento na fé confrontando com a injustiça feita aos pobres. Textos como: Êxodo 3, 7-10; Salmo 82, 2-4; Mateus 55, 1-12; Lucas 4, 16-30; 24, 13-35; João 21 e muitas outras, são referências bíblicas, que fundamentam a Teologia da Libertação. Löwy (2000, p. 123) comenta que

A preocupação com o pobre foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios que remonta as origens evangélicas do Cristianismo. Os teólogos Latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração.

Portanto, afirmar que a Teologia da Libertação não tem bases nas Escrituras Sagradas, é uma falácia. É resultado de um preconceito por parte dos fundamentalistas religiosos. O Deus revelado nas Escrituras é o Deus dos pobres. Ele se revela especialmente aos pobres e oprimidos.

E disse o Senhor: Tenho visto atentamente a aflição do meu povo, que está no Egito, e tenho ouvido o seu clamor por causa dos seus exatores, porque conheci as suas dores. Portanto descí para livrá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra, a uma terra boa e larga, a uma terra que mana leite e mel; ao lugar do cananeu, e do heteu, e do

amorreu, e do perizeu, e do heveu, e do jebuseu. E agora, eis que o clamor dos filhos de Israel é vindo a mim, e também tenho visto a opressão com que os egípcios os oprimem. (Êxodo 3, 7-9).

Uma Teologia da Libertação corretamente entendida constitui, pois, um convite aos teólogos a aprofundarem certos temas bíblicos essenciais, com o espírito atento às graves e urgentes questões que a atual aspiração pela libertação e os movimentos de libertação, eco mais ou menos fiel dessa aspiração, põem à Igreja. Não é possível esquecer, por um só instante, as situações de dramática miséria de onde brota a interpelação assim lançada aos teólogos.

A experiência radical da *liberdade cristã*, constitui aqui o primeiro ponto de referência. Cristo, nosso Libertador, libertou-nos do pecado e da escravidão da lei e da carne, que constitui a marca da condição do homem pecador. É, pois, a vida nova da graça, fruto da justificação, que nos torna livres. Isto significa que a mais radical das escravidões é a escravidão do pecado. As demais formas de escravidão encontram pois, na escravidão do pecado, a sua raiz mais profunda. É por isso que a liberdade, no pleno sentido cristão, caracterizada pela vida no Espírito, não pode ser confundida com a licença de ceder aos desejos da carne. Ela é vida nova na caridade.

As “Teologias da Libertação” recorrem amplamente à narração do Livro do Êxodo. Este constitui, de fato, o acontecimento fundamental na formação do Povo eleito. É preciso não perder de vista, contudo, que a significação específica do acontecimento provém de sua finalidade, já que esta libertação está orientada para a constituição do povo de Deus e para o culto da Aliança celebrado no Monte Sinai. Por isso a libertação do Êxodo não pode ser reduzida a uma libertação de natureza prevalentemente ou exclusivamente política. É significativo, de resto, que o termo *libertação* seja às vezes substituído na Sagrada Escritura pelo outro, muito semelhante, de redenção.

Jamais se apagará da memória de Israel o episódio que originou o Êxodo. Ele é o ponto de referência quando, após a destruição de Jerusalém e o Exílio de Babilônia, o Povo eleito vive na esperança de uma nova libertação e, para além dessa, na expectativa de uma libertação definitiva. Nesta experiência, Deus é reconhecido como o Libertador. Ele estabelecerá com seu povo uma nova Aliança, marcada pelo dom do seu Espírito e pela conversão dos corações.

As múltiplas angústias e desgraças experimentadas pelo homem fiel ao Deus da Aliança servem de tema para diversos salmos: lamentações, pedidos de socorro, ações de

graças referem-se à salvação religiosa e à libertação. Neste contexto, a desgraça não se identifica pura e simplesmente com uma condição social de miséria ou com a sorte de quem sofre opressão política. Ela inclui também a hostilidade dos inimigos, a injustiça, a morte e a culpa. Os salmos nos remetem a uma experiência religiosa essencial: somente de Deus se espera a salvação e o remédio. Deus, e não o homem, tem o poder de mudar as situações de angústia. Assim, os “pobres do Senhor” vivem numa dependência total e confiante na providência amorosa de Deus. Aliás, durante toda a travessia do deserto, o Senhor nunca deixou de prover à libertação e à purificação espiritual de seu povo.

No Antigo Testamento, os profetas, desde Amós, não cessam de recordar, com particular vigor, as exigências da justiça e da solidariedade e de formular um juízo extremamente severo sobre os ricos que oprimem o pobre. Tomam a defesa da viúva e do órfão. Proferem ameaças contra os poderosos: a acumulação de iniquidades acarretará necessariamente terríveis castigos. Isto porque não se concebe a fidelidade à Aliança sem a prática da justiça. A justiça em relação a Deus e a justiça em relação aos homens são inseparáveis. Deus é o defensor e o libertador do pobre.

Semelhantes exigências encontram-se também no Novo Testamento. Ali são até radicalizadas, como demonstra o discurso das *Bem-aventuranças*. Conversão e renovação devem operar-se no mais íntimo do coração.

Já anunciado no Antigo Testamento, o mandamento do amor fraterno estendido a todos os homens constitui agora a suprema norma da vida social. Não há discriminações ou limites que possam opor-se ao reconhecimento de todo e qualquer homem como o *próximo*.

A pobreza por amor ao Reino é exaltada. E na figura do Pobre, somos levados a reconhecer a imagem e como que a presença misteriosa do Filho de Deus que se fez pobre por nosso amor. Este é o fundamento das inexauríveis palavras de Jesus sobre o Juízo, em Mateus 25, 31-46. Nosso Senhor é solidário com toda desgraça; toda desgraça leva a marca de sua presença.

Contemporaneamente as exigências da justiça e da misericórdia, já enunciadas no Antigo Testamento, são aprofundadas a ponto de revestirem no Novo Testamento uma significação nova. Aqueles que sofrem ou são perseguidos são identificados com Cristo. A perfeição que Jesus exige de seus discípulos (Mateus 5, 18) consiste no dever de serem misericordiosos “como vosso Pai é misericordioso” (Lucas 6, 36).

É preciso ressaltar que à luz da vocação cristã ao amor fraterno e à misericórdia que os ricos são severamente admoestados para que cumpram o seu dever. São Paulo,

perante as desordens na Igreja de Corinto, acentua vigorosamente a ligação que existe entre tomar parte no sacramento do amor e repartir o pão com o irmão que se encontra em necessidade.

A Revelação do Novo Testamento nos ensina que o pecado é o mal mais profundo, que atinge o homem no cerne da sua personalidade. A primeira libertação, ponto de referência para as demais, é a do pecado.

Se o Novo Testamento se abstém de exigir previamente, como pressuposto para a conquista desta liberdade, uma mudança da condição política e social, é sem dúvida, para salientar o caráter radical da emancipação trazida por Cristo, oferecida a todos os homens, sejam eles livres ou escravos politicamente. Contudo, a *Carta a Filêmon* mostra que a nova liberdade, trazida pela graça de Cristo, deve necessariamente ter repercussão também no campo social.

Não se pode, portanto, restringir o campo do pecado, cujo primeiro efeito é o de introduzir a desordem na relação entre o homem e Deus, àquilo que se denomina « pecado social ». Na verdade, só uma adequada doutrina sobre o pecado permitirá insistir sobre a gravidade de seus efeitos sociais.

Não se pode tampouco situar o mal unicamente ou principalmente nas « estruturas » económicas, sociais ou políticas, como se todos os outros males derivassem destas estruturas como de sua causa: neste caso a criação de um “homem novo” dependeria da instauração de estruturas económicas e sócio-políticas diferentes. Há, certamente, estruturas iníquas e geradoras de iniquidades, e é preciso ter a coragem de mudá-las. Fruto da ação do homem, as estruturas boas ou más são consequências antes de serem causas. A raiz do mal se encontra pois nas pessoas livres e responsáveis, que devem ser convertidas pela graça de Jesus Cristo, para viverem e agirem como criaturas novas, no amor ao próximo, na busca eficaz da justiça, do autodomínio e do exercício das virtudes.

Segundo a *Sagrada Congregação para a doutrina da fé*, (2020) ao estabelecer como primeiro imperativo a revolução radical das relações sociais e ao criticar, a partir desta posição, a busca da perfeição pessoal, envereda-se pelo caminho da negação do sentido da pessoa e de sua transcendência, e destroem-se a ética e o seu fundamento, que é o caráter absoluto da distinção entre o bem e o mal. Ademais, sendo a caridade o princípio da autêntica perfeição, esta não pode ser concebida sem abertura aos outros e sem espírito de serviço.

2. A espiritualidade e diálogo inter-religioso na Teologia da Libertação

A espiritualidade ecumênica, como sabemos, requer capacidade de diálogo e profunda sensibilidade para a afirmação da vida e a promoção da paz. O teólogo jesuíta Michel Amaladoss tem se destacado por seu interesse e pelas reflexões em torno da espiritualidade ecumênica e pelo diálogo do Evangelho com as culturas e demais religiões. Amaladoss considera que a religião e a espiritualidade se destinam à vida. Ou seja, elas representam a ajuda para que pessoas e comunidades vivam de forma melhor a realidade atual. São esses aspectos que o escritor Amaladoss (2007, p. 35) apresenta em *O Cosmo Dançante: um caminho para a harmonia*. A dimensão da espiritualidade ecumênica da teologia da libertação, vem do Concílio Vaticano II (1962-65), o Pacto das Catacumbas (1965), Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín (1968), Conferência Geral do Episcopado Latino-americano Puebla (1979). Dentre todos esses importantes eventos históricos, aponta-se Medellín na visão de Teixeira (2005, p. 135):

Medellín foi principalmente o exemplo de uma assembleia na qual os bispos exerceram, como nunca a graça do diálogo entre eles o diálogo com toda sociedade, principalmente os pobres. Medellín deu o exemplo de uma assembleia no caminho da reconciliação ecumênica. Faustino Teixeira vê como maior sinal do Ecumenismo em Medellín a sensibilidade dos bispos com relação ao diálogo, todo tipo de diálogo, diálogo intercultural, intereclesial e inter-religioso.

A vocação ecumênica acompanha a Teologia da Libertação desde seu início. O compromisso ecumênico trata-se de uma compreensão aos apelos bíblicos para a unidade, portanto, são imperativos que desafiam constantemente a Teologia da Libertação. Nesse sentido, a Teologia da Libertação entende que o ecumenismo possui uma tríplice dimensão: *a unidade cristã*, a partir do reconhecimento do escândalo histórico das divisões e de uma preocupação em construir perspectivas missionárias ecumênicas; *a promoção da vida*, firmada nos ideais utópicos de uma sociedade justa e solidária e na compreensão que eles podem reger a organização da sociedade integrando todos os de boa vontade; e o diálogo religioso, na busca incessante da superação dos conflitos entre as religiões, pela paz e pela comunhão universal dos povos.

Para Ribeiro e Cunha (2013), os apelos bíblicos para a unidade, portanto são imperativos que desafiam constantemente as igrejas e todos os cristãos. A clássica expressão na oração de Jesus condiciona a vivência eclesial à unidade dos apóstolos: “a

fim de que todos sejam um. Como tu, ó Pai, estás e mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (João 17). A vocação pela unidade, a abertura ao outro e o alargamento de horizontes e o estímulo a uma mentalidade aberta e plural são, acima de tudo, a primazia da fé em relação à lei. Desta forma, reafirmamos que “não há judeu, nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gálatas 3).

Portanto, ainda que alguns grupos religiosos e estudiosos da religião façam uma diferença entre ecumenismo e diálogo inter-religioso, minha compreensão de ecumenismo é ampla e inclui, não somente a unidade das igrejas cristãs, que é elemento importantíssimo, motivador e determinante do princípio ecumênico, mas também todos os esforços de promoção da vida e da justiça e as aproximações de diferentes pessoas e grupos de religiões distintas.

Além disso, ecumenismo é muito mais eu reunir pessoas de diferentes igrejas ou religiões. Ele começa no chão da vida, quando um irmão ouve o outro irmão, quando há diálogo e respeito; quando a diversidade de ideias, de formas de viver e de agir são acolhidas; quando todos têm oportunidades, espaço de expressão, de serviço e de ação política. A trajetória da práxis ecumênica provocou processos de unidade e cooperação pela justiça, pela paz pela integridade da unidade da criação em todo mundo. Nesse sentido, a Teologia da Libertação anuncia os valores do Reino e sua justiça que caminham na contramão das formas de individualismo, consumismo e exclusão social em vigor em nossa sociedade.

Como visto até agora, o tema da missão é algo crucial na prática da fé cristã e que tem sido ser analisado e reinterpretado diante do horizonte de uma cultura religiosamente plural. Trata-se de tema desafiador, pois a perspectiva do diálogo pode ser interpretada em diferentes sentidos, incluindo o receio pela perda da identidade religiosa e da assimilação de práticas sincréticas e também o temor em relação ao fato da missão ser inviabilizada pelo diálogo inter-religioso. Daí ser fundamental refletirmos sobre ele no contexto da teologia ecumênica das religiões.

A perspectiva do diálogo leva os grupos cristãos a repensarem a missão que se centrou em um mero exercício de tentar convencer as pessoas com crenças distintas ao cristianismo para se converterem à religião cristã e aos seus princípios e crenças tradicionalmente construídas. No espaço do diálogo, as tradições religiosas interpelaram-se levando as suas vivências para caminhos mais profundos. Trata-se de uma abertura

para a escuta, para a mudança e para uma maior compreensão do próprio espaço de fé. Pois, no diálogo há uma mudança e a criação de um lugar fértil para a espiritualidade.

3. A espiritualidade ecológica da Teologia da Libertação

A Teologia da Libertação não só propõe uma profunda reflexão sobre política, pobreza e desigualdade social, mas também ecológica. Os cuidados ambientais e ecológicos, proposto pela Teologia da Libertação, estão expressos no Pacto das Catacumbas pela Casa Comum (2019). Em 20 de outubro de 2019, no mesmo local do Pacto das Catacumbas de Santa Domitila (1965), foi assinado, o Pacto das Catacumbas pela Casa Comum (2019), pelo desejo de assumir uma Igreja com o rosto amazônico, pobre e servidora, profética e samaritana. O Pacto das Catacumbas anterior, tinha treze cláusulas. O novo Pacto das Catacumbas pela casa comum, presidida pelo cardeal Claudio Hummes, tinha a presença de 40 bispos, padres sinodais, auditoras, auditores, peritas, peritos, e mais de 200 participantes. Dentre os participantes, estava o teólogo brasileiro José Oscar Beozzo. De acordo com Modino, (2019) o texto do Pacto das Catacumbas pela casa comum, contém quinze compromissos, que visam mostrar um sentimento de urgência que se impõe diante das agressões que devastam o território amazônico, ameaçado pela violência de um sistema econômico predatório consumista. O Papa Francisco (2020, p. 8) argumenta:

Sonho com uma Amazônia que lute pelos direitos dos pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja escutada e que sua dignidade seja promovida. Sonho com uma Amazônia que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana. Sonho com uma Amazônia que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e suas florestas. Sonho com comunidades cristãs capazes de se dedicar e de se encantar na Amazônia, a tal ponto que deem à Igreja rostos novos com traços amazônicos.

Importa lembrar que já nos anos 80 do século passado, ficou claro que a mesma lógica que explora os oprimidos e as classes empobrecidas, explora também a natureza e a Terra. A marca registrada da Teologia da Libertação é a opção pelos pobres, contra a pobreza e em favor de sua libertação. Dentro da categoria pobre deve ser incluído o Grande Pobre que é a Terra, pois, no dizer do Papa Francisco em sua encíclica ecológica “nunca maltratamos e ferimos a Mãe Terra como nos últimos dois séculos” (2015, n.53). Portanto, não foi por fatores extrínsecos que a Teologia da Libertação incorporou o

discurso ecológico, mas derivando-o de sua própria lógica interna que confere centralidade ao pobre e ao oprimido. Ficou também muito claro que é o modo de produção capitalista o produtor do grito da Terra e do grito do pobre. Se queremos a libertação de ambos, precisamos superar historicamente este sistema. Aqui trata-se de contrapor um outro modo de habitar a Casa Comum que seja amigável à Terra e libertador. O paradigma do mundo moderno, o poder como dominação sobre tudo e sobre todos, ganhou sua máxima expressão na cultura do capital, gerador de desigualdades, uma injustiça social e outra ecológica. É individualista, competitivo e excludente. Devemos, então, contrapor-lhe um outro paradigma. Este será o cuidado. Mais que uma virtude, o cuidado comparece como um novo paradigma de relação para com a natureza e a Terra: não agressivo, amigo da vida e respeitador dos demais seres. Se o paradigma dominante é do punho fechado para submeter, o do cuidado é a mão estendida para se entrelaçar com outras mãos e proteger a natureza e a Terra. Segundo Boff, (2019) o antigo mito do cuidado que ganhou sua melhor elaboração filosófica em Martin Heidegger em *Ser e Tempo* o cuidado pertence à essência do ser humano. Segundo o mito, o cuidado vem primeiro, pois significa o pressuposto que deve existir para que algum ser possa irromper na existência. Sem o cuidado nenhum ser emerge e se mantém na existência.

Definha e morre. Hoje mais do que nunca precisamos cultivar o paradigma do cuidado, pois tudo, de certa forma, está descuidado. É o cuidado que dá origem a uma cultura da solidariedade contra a competição, da partilha contra o individualismo, da autolimitação, contra os excessos do poder, do consumo sóbrio, contra o consumismo e o desperdício. Somente a incorporação do cuidado, como paradigma e como cultura nos pode, segundo a encíclica papal “Sobre o cuidado da Casa Comum” “alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo [...] uma mística que nos anima, encoraja e dá sentido à ação pessoal e comunitária” (2015, n. 216). Para realizar esta diligência a Eco teologia da Libertação teve que dialogar e aprender com os novos saberes das ciências da Terra e da vida. Especialmente é chamada a contribuir com os valores do respeito, da veneração e do cuidado, próprios da fé, valores fundamentais para uma ecologia integral. Finalmente uma Eco teologia da Libertação testemunha, contra todas as ameaças, a esperança de que “Deus, o soberano amante da vida” (Sabedoria 11,26) não permitirá que nossa humanidade, um dia assumida pelo Verbo da vida, venha desaparecer da face da Terra.

Na opinião de Carvalho, (2010) o teólogo cristão Lúcio Flávio deu continuidade abordando a perspectiva de dialogar com a ecologia e a religiosidade cristã. Ele relatou algumas passagens bíblicas que evidenciam a aparição de elementos da

natureza, como árvores, com o significado de abrigo, segurança e acolhida, além de servir como alimento. “O sagrado na natureza vai além das culturas e das tradições religiosas. Há algo em comum, há algo que está intrinsecamente ligado à necessidade do ser humano em se relacionar com a natureza e encontrar nela uma relação com o sagrado”, afirma. Esse sagrado, na perspectiva cristã é a criação, ou seja, todos são frutos da ação amorosa e livre do criador. “É preciso silenciar esse barulho que ecoa, como o da Revolução Industrial e de todas as outras, para que a gente possa encontrar a natureza em nós mesmos e vice-versa. A crise ecológica foi uma sineta para mostrar que algo de errado está acontecendo”, finaliza.

Segundo Carvalho, (2010) a espiritualidade para o educador e ambientalista Thomas Enalizador, fundador do Centro Ecopedagógico Bicho do Mato, localizado na Zona Rural do Recife, na BR-101 está ligada à natureza, às forças que atuam sobre o ser humano. “Trabalhamos uma espiritualidade paganista, onde o deus é o louvor à lua, à terra e aos animais”, completou ressaltando a importância dos animais para o processo de espiritualização do ser humano, considerando uma chacina o consumo da sua carne. Relacionou a isso o fato de a população passar a consumir produtos que sejam reaproveitáveis e orgânicos. Destacou ainda a importância da busca da coerência do ser humano, que são seres ecológicos e espiritualizados, para com isso praticar uma cultura mais saudável e naturalista. Essa cultura, ele denomina como a práxis altermundista, que é a prática de um mundo alternativo, que reside em casas construídas através das bioconstruções, que são construções sustentáveis; fazem partos humanizados e vivem dedicados à natureza.

Segundo Adão, (2007) a Educação Ambiental fundamenta-se na interdisciplinaridade e na visão holística de mundo. A proposta de interdisciplinaridade, por si só, torna legítima a contribuição das diversas expressões espirituais existentes nas diferentes culturas religiosas para as discussões pertinentes para a Educação Ambiental. No que se refere à visão do planeta como um todo, há todo um movimento de procura da religiosidade na qual os seres humanos buscam nas experiências espirituais o comprometimento com a busca da saúde planetária. Na Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja Católica do ano de 1966, década da gênese dos movimentos sociais pelo mundo, entre eles o ambientalista, o lema trabalhado foi “Somos responsáveis um pelos outros”. Pode-se dizer que esta é a base do cristianismo que tem nas palavras de Jesus a fundamentação de um Deus de amor. Conforme Adão, (2007, p. 3) “em Jesus inverteu-se a ideia do Deus, deu-se fim à compreensão dos deuses cruéis e formou-se a

máxima: ‘amar a Deus é amar ao próximo’”. Fiel aos ensinamentos de Jesus, São Francisco de Assis ampliou a interpretação do cristianismo, se relacionando misticamente com a natureza e reconhecendo a presença do divino em todas as formas de vida. Machado, (1995, p. 41-42) não aparece nas referências relata que “o coração do santo [São Francisco] se enternecia de compaixão para com as criaturas. Adivinhava os segredos da natureza e pensava na santificação de todas as criaturas”. Diante do comentado, pode-se dizer que os preceitos cristãos estão de acordo com as premissas da Educação Ambiental na busca de novas relações de respeito à vida. Neste sentido, os ensinamentos vindos de Jesus e de São Francisco de Assis podem contribuir à formação de uma Educação Ambiental, conforme Adão, (2005, p. 76) no intuito de “que promova um novo paradigma de sociedade com respeito à fauna, flora e diferentes culturas, sendo que todos estão ligados sistematicamente”. A busca da sustentabilidade sugere novos padrões comportamentais. Alguns bons exemplos, de uma relação menos dominadora entre sociedade e natureza, podem ser encontrados na Cultura Hindu com seus deuses milenares. A colonização proveniente do imperialismo inglês deixou marcas. Todavia, o povo indiano demonstra através da sua cultura religiosa, formas simples de viver voltadas para o sagrado que resultam em uma relação sustentável com a natureza. Ribeiro e Cunha, (2013, p. 33) afirmam que, “aquela civilização [indiana], entre todas as que existiram, foi a que mais soube ser sustentável em sua relação com o ambiente natural, forjando estilos de vida e padrões de consumo com baixa pressão sobre o meio ambiente”. Mahatma Gandhi certa vez mencionou que “a civilização não consiste em multiplicar nossas necessidades, mas em reduzi-las voluntariamente, deliberadamente”. A cultura hindu, com toda sua diversidade mística, por propor ao povo ocidental uma vida mais saudável em corpo e espírito fornece compreensões de mundo que corroboram para as discussões da Educação Ambiental. Adão (2005, p. 39) entende que a Educação Ambiental está engajada “na materialização de novos valores pautados em uma nova relação sociedade-natureza, objetivando alcançar a ‘plenitude humana’, emergindo o entendimento que um depende de todos, e todos são responsáveis por um”.

Também originado na Índia, ao budismo assim como ao hinduísmo é atribuída a interpretação panteísta (o elemento divino está presente em tudo), neste sentido, o crescimento espiritual é a busca da unidade com Deus. Buda não é uma entidade. Nascido na fronteira da Índia com o Nepal, Saddhartha Gautama, após um período da sua vida na busca da essência divina presente no espírito humano, passou a ser reconhecido como o Buda: o iluminado, o desperto. Os ensinamentos do budismo ganharam adeptos em todo

mundo apresentando-se como uma cultura religiosa de práxis pacifista aprofundada. Esta é uma prática necessária para o avanço da espiritualidade: alcançar a paz. Essa paz é encontrada no fazer o bem, prática desvalorizada pela sociedade individualista cuja satisfação pessoal é encontrada no consumo. Fundamentar-se para desconstruir estas práticas também é premissa na Educação Ambiental. Faz jus, neste caso, citar as palavras de Lima, (1999) uma educação para o meio ambiente implica também uma avaliação crítica da dimensão individualista, tão marcante em nossa sociedade. Pode-se também, apresentar entre as religiões que promovem o respeito à natureza, o Candomblé. O Candomblé é uma religião monoteísta de matriz africana. Oludumaré é o Deus Supremo. Este é auxiliado pelas divindades denominados orixás. Os orixás servem como “a ponte” para o encontro entre o homem e o sagrado. Os elementos da natureza são emanados dos orixás, neste sentido, qualquer forma de degradação da natureza é um desrespeito aos orixás, além de ser contraditório às práticas emanadas dos terreiros do candomblé. Leonardo Boff e Clodovis Boff (2010, p. 16) definem o candomblé “como uma das teologias mais fascinantes do mundo”. Para eles o candomblé “faz de cada pessoa uma espécie de Jesus Cristo, quer dizer, um virtual incorporador dos orixás, divindades ligadas à natureza e às suas energias vitais”. Diante destes argumentos, fica claro que o respeito às formas de vida existentes na natureza é comum nas práticas religiosas, apesar do tema (relação ser humano natureza perante Deus) ser compreendido e cultuado de formas diferentes, é crível que muitas das abordagens vistas nas práticas religiosas com relação ao meio ambiente são pertinentes para a Educação Ambiental.

Considerações finais

A Teologia da Libertação, também conhecida como Teologia Latino-Americano, está mais viva do nunca. Promovendo reflexões e debates em torno de temas importantíssimos. A Teologia da Libertação, tem sua origem no Evangelho de Jesus de Nazaré. Nesse sentido, ela não é apenas uma mensagem de boa nova, é uma prática que busca integrar o ser humano em seu sentido de amplitude social e espiritual. A Teologia da Libertação, é uma afirmação de que a unidade e a cooperação na promoção da vida, na dimensão da busca da justiça, da paz e da integridade da criação, é uma atitude de gratuidade que supera fronteiras. A Teologia Latino-americana, destaca a alteridade vista como a possibilidade humana de relacionar-se com as realidades dos pobres e oprimidos por esse sistema capitalista. Para Gutiérrez (1987), falar de Deus em meio à pobreza e ao

sofrimento, vai para além de uma experiência de fé, representa um caminho teológico distinto. Ou seja, a Teologia da Libertação perpassa uma recusa a uma maneira de fazer teologia que não leva em conta as situações concretas, o sofrimento e as esperanças dos seres humanos. Ela ainda propõe uma perspectiva ecumênica que representa uma fonte singular de espiritualidade para os dias de hoje.

Referências

- AMALADOSS, M. *O Cosmo Dançante: um caminho para a harmonia*. Aparecida: Santuário, 2007.
- ADÃO, N. Religiosidade e educação ambiental: a visão do “ser no todo”, janeiro a junho de 2007. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-meio-ambientes-e-sua-preservacao-em-todas-as-partes-segundo-alencar-2020/166058>. Acesso em: 9 de outubro de 2020.
- BOFF, L.; BOFF C. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOFF, L. *Ecologia e Teologia da Libertação*, 6 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Ecologia-e-Teologia-da-Libertacao/3/46005#:~:text=Para%20realizar%20esta%20dilig%C3%Aancia%20a,fundamentais%20para%20uma%20ecologia%20integral>. Acesso em: 5 de outubro de 2020.
- CARVALHO, E. O encontro do meio-ambiente com a espiritualidade foi tema de palestra do Ciclo de Debates sobre Budismo, 30 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/assecom1/o-encontro-do-meio-ambiente-com-a-espiritualidade-foi-tema-de-palestra-do-ciclo-de-debates-sobre-budismo/>. Acesso em: 9 de setembro de 2020.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica pós-sinodal. Querida Amazônia, ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade*. Paulus, São Paulo, 2020.
- FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica sobre o cuidado com a Casa Comum. Laudato Si'*. Brasília: CNBB, 2015.
- GUTIÉRREZ, G. *Falar de Deus a partir do sofrimento do inocente: uma reflexão sobre o livro de Jó*. São Paulo: Vozes, 1987.
- LIMA, Gustavo da Costa. *Questão ambiental e educação: contribuições para o debate*, junho de 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200010. Acesso em: 19 de outubro de 2020.
- LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MODINO, L. M. *Pacto das Catacumbas pela Casa Comum. Por uma Igreja com rosto amazônico, pobre e servidora, profética e samaritana*, 21 de outubro de 2019. Disponível em: www.ihu.unisinos.br. Acesso em: 6 de outubro de 2020.
- MACHADO, Victor Costa. *Educação Ambiental e o Catolicismo: uma questão de sobrevivência*. Acesso em 19 de novembro de 2020. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N203973.pdf
- RIBEIRO, C; CUNHA, M. *O Rosto Ecumênico de Deus: reflexões sobre ecumenismo e paz*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*. Disponível em:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

SBARDELOTTI, E. O Deus dos pobres. *Reveleto*, v. 8, n. 14, p. 171-196, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/reveleto/article/view/21560>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

TEIXEIRA, F. *Pluralismo e Religião – Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2005.

TEIXEIRA, Faustino. *Leonardo Boff: amigo do bem*, 14 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585508-leonardo-boff-amigo-do-bem>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

VELOSO JÚNIOR, J. C. *A Teologia no Brasil nos últimos trinta anos*, 1 de abril de 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/terradeimaculada/estudos-teologicos-2/teologia-da-libert/material-tdl/ateologianobrasilnosultimostrintaanos>. Acesso em: 8 de outubro de 2020.

Recebido em: 28/09/2020

Aprovado em: 18/11/2020